

EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: O QUE MUDOU EM 60 ANOS?

Eni Marisa Maia *

RURALISMO PEDAGÓGICO, A TÔNICA DOS DEBATES OFICIAIS

O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980 - 1985) propõe como uma de suas metas prioritárias o incremento da educação no meio rural. A escolarização das populações rurais, todavia, não é uma questão que apenas recentemente venha merecendo destaque nos planos oficiais.

Por volta de 1920, a ameaça que o aumento crescente da migração rural-urbana representou para a estabilidade social fez com que se pensasse a Educação como instrumento eficiente para enfrentar a "questão social".

O processo de urbanização no Brasil revestiu-se de características que contribuíram para manter diferenças significativas na qualidade de vida dos pólos urbanos do interior e do litoral. Os núcleos urbanos, que se desenvolveram mais intensamente junto aos portos, atraíram a população do campo. Os núcleos urbanizados do interior, na verdade, não passavam de uma extensão das áreas rurais, dominados pelo paternalismo opressor das oligarquias e aliados do processo político. São, portanto, evidentes, consideradas as condições de infra-estrutura precária do interior, as razões que concorreram para que as indústrias se localizassem junto aos principais núcleos urbanos. Entre 1880 e 1920, a população que trabalhava nas fábricas cresceu de aproximadamente 18.100 operários para mais de 300.000. É este proletariado urbano que passa a reivindicar através de sucessivas manifestações grevistas seus direitos de cidadão.

*Da Fundação Carlos Chagas de São Paulo.

N. da R. — Artigo transcrito de:
ANDE; revista da Associação Nacional de Educação, São Paulo, 1 (3): 5-11, 1982.

A questão educacional presente no debate político desde as últimas décadas do séc. XIX, animada por temas que despertam os sentimentos nacionais como a "vergonha" do analfabetismo, tem aí mais um tema mobilizador: a educação para promover a volta ao campo.

Portanto, não se trata de uma educação qualquer. É interessante observar o papel político que o discurso educacional cada vez com maior intensidade passa a desempenhar. Procura-se estabelecer uma relação direta entre a Educação e as condições de vida das populações. Se o homem urbano clama contra o desemprego e a carestia chega-se a questionar o valor da alfabetização que poderia estar provocando rejeição às ocupações inferiores que, até então, exercia conformado. Se não quer permanecer na zona rural, o problema também deve ser tratado no nível educacional. Trata-se de uma escola inadequada que não sabe valorizar a vida no campo. Colocam-se, desta forma, num segundo plano elementos que são os primordiais na questão social: a situação econômica dessas populações e a estrutura que as determina.

Os debates sobre a educação rural que travam os políticos da década de vinte revelam a grave situação de instabilidade social do país na medida em que conseguiu até reunir na mesma campanha grupos de interesses opostos: o agrário e o industrial.

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendessem as orientações do "ruralismo pedagógico". Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a "fixação" do homem ao campo. A corrente escolanovista reforçava essa posição "da escola colada à realidade", baseada no princípio de "adequação" e, assim, colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isto porque a "fixação do homem ao campo", a "exaltação da natureza agrária do brasileiro" faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial também ameaçado, pelo "inchaço" das cidades e a impossibilidade de abastecer a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas.

O DISCURSO E A REALIDADE

Todavia, se os discursos sobre a educação rural vêm-se avolumando desde a 1ª República, isto não parece ter tido conseqüências práticas **observáveis, quanto** às condições de ensino nas áreas do interior. Que fatores **estariam** dificultando a execução dos planos que visam a melhoria da **educação rural?**

Com relação à década de 20, aponta-se a extrema precariedade de **funcionamento** das escolas rurais, como conseqüência do autoritarismo **que** se fortaleceu com a "política dos governadores" e o desinteresse **por parte** das oligarquias rurais em difundir o ensino.

As **verbas** destinadas à educação eram insuficientes. Em algumas regiões **do país**, como o Nordeste, em que o domínio das oligarquias foi mais **violento**, na tentativa de manter uma situação de decadência econômica, **a difusão** do ensino ainda se fez de forma mais lenta. A descentralização do ensino em nada favoreceu os interesses populares. Quando as pressões políticas levaram a reformas como a de 1925, onde se propunha a intervenção federal, não se verificava a dotação de verbas necessárias à **sua** realização.

EDUCAÇÃO PARA A VOLTA AO CAMPO

Entretanto, na década de 30, o debate sobre a educação rural ressurgiu, gerando, desta **vez**, iniciativas concretas. Isto se deve em parte a **mudanças no quadro político** dirigente do país e à ascensão de um grupo que **traz como um de seus** compromissos políticos a solução da questão social. **Um outro dado** a considerar, na direção marcadamente rural, **proposta para** a **expansão** do ensino, é a da intensificação das migrações, **no período, agravada** pela queda dos preços mundiais de produtos agrícolas, **como o café**. Retorna-se à defesa da educação rural, portanto, na **tentativa de promover** a volta ao campo e, ainda, integrada a preocupações **sanitaristas**.

Partem missões rurais **pelo** interior, como as mineiras, por exemplo, **com uma postura** assistencialista, atendendo às populações marginais **às vias férreas e que se tornam** conhecidas como o "Trem da Alegria".

Oferecem-se cursos de formação para o magistério da zona rural. Propõe-se a criação de cursos Normais Rurais, durante o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional em 1935.

O movimento ruralista que envolve políticos e educadores é muito mais do que uma tomada de consciência sobre os problemas da educação rural. O que realmente o define é sua face político-ideológica que permanece oculta pela questão educacional. Comprometido com a manutenção do "status quo", contribui para uma percepção viesada da contradição cidade-campo como algo "natural", concorrendo conseqüentemente para sua perpetuação. Ao que parece, a grande "missão" do professor rural seria a de demonstrar as "excelências" da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana.

Em 1937, cria-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo.

É importante ressaltar, entretanto, que nem sempre, aos debates políticos, se seguiam medidas que propiciassem melhorias quantitativas ou qualitativas para a educação nacional. Tanto é assim que, em 1941, o governo convoca a 1ª Conferência Nacional de Educação, informado pelos estudos do INEP que demonstravam as precárias condições em que se desenvolvia o ensino de 1º grau. Decidiu-se, finalmente, pela intervenção do governo central através de apoio financeiro aos Estados, medida que só foi concretizada em 1945 com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário. Este momento marca uma inegável ampliação da rede escolar do país. Em relação à área rural, permanecem determinados fatores como concorrentes para a baixa produtividade do ensino expressa nos altos níveis de evasão e repetência, nível de qualificação dos professores — quase todos leigos —, na precariedade das instalações escolares, na falta de material e de equipamento.

Esses fatores que dizem respeito às condições específicas de organização e funcionamento da escola rural não atuam isoladamente. Interação

com os determinantes econômico-sociais da estrutura agrária que não podem ser minimizados quando se apontam alternativas para o problema.

UM BOM DIAGNÓSTICO JÁ EM 1957

A propósito da influência que as características de vida no meio rural possam exercer sobre a escolaridade a nível de 1º grau, Caldeira realiza, em 1957, através do INEP, o "Inquérito sobre Trabalho e Escolarização de Menores na Agricultura", atingindo 140 municípios das regiões agrícolas mais produtivas do país. Conclui, então, que: "o menor constitui parte integrante da força de trabalho da família e esta é uma das razões perturbadoras da sua frequência escolar.. ."

Aponta, ainda, como fatores responsáveis pela baixa escolaridade, na maioria dos municípios analisados: "pauperismo das populações, má distribuição das escolas, desestímulo do professor face aos vencimentos exíguos, mobilidade das populações, em especial dos mais pobres, sem terras próprias, coincidência do ano agrícola com o ano letivo..."

Assistimos, nas últimas duas décadas, a rupturas no sistema oligárquico-rural e à implantação da estrutura econômica industrial capitalista. Isto não significou, necessariamente, melhoria das condições de vida e trabalho para o lavrador. As transformações nas relações sociais de produção fazem surgir trabalhadores como os bóias-frias e os volantes. Segundo dados do INCRA, em 1972, trabalhavam no campo 1,2 milhão de assalariados permanentes, 6 milhões de assalariados temporários, aproximadamente 500.000 posseiros e 2,4 milhões de minifundistas. O aumento considerável de mão-de-obra volante caracteriza a situação de subemprego no campo. A resistência dos lavradores pode ser observada através do recrudescimento das disputas cada vez mais violentas sobre a terra.

Porém, admitir o peso que os fatores sócio-econômicos têm na determinação dos padrões de escolaridade na zona rural não significa, em absoluto, negar a possibilidade de atuação da escola. Então, retomemos a questão inicialmente proposta:

III PSEC: A EDUCAÇÃO RURAL DE NOVO "PRIORITÁRIA"

Afinal, o que efetivamente mudou na escola rural nos últimos sessenta

anos? E por que motivos a educação rural é mais uma vez prioritária (PSEC - 1980/1985) na política educacional do país?

Segundo o documento elaborado pelo MEC "Educação para o meio rural — ensino de 1ª grau — Política e Diretrizes de Ação" (1979): "O governo está voltado para a promoção de profundas transformações no meio rural brasileiro, tendo como objetivo último e fundamental o bem-estar do homem rural brasileiro, mediante a ampliação das oportunidades de renda do trabalhador, a extensão dos benefícios da previdência social. .."

O Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979), com base nessas afirmações, então propunha-se a "expandir a escolarização na zona rural pelo menos nas quatro séries fundamentais e melhorar o nível de ensino, reduzindo a evasão e a repetência".

A ênfase dada às questões de educação rural pode ser melhor interpretada, considerando-se as constatações e recomendações que o mesmo documento aponta:

- ... "embora se tenha a consciência de que a chuva e a colheita solicitam mão-de-obra das crianças, estabelecemos o mesmo calendário escolar tanto para a zona urbana quanto para a zona rural;
- os professores que amiúde têm apenas uma formação urbana — quando a têm — ou seguem padrões urbanos...
- os materiais de ensino-aprendizagem são escassos devido não apenas à falta de recursos financeiros como também à dificuldade de acesso aos locais onde poderiam ser adquiridos." ...

Para superar tais dificuldades, recomenda-se que: — a escola não pode negar o mundo rural, onde o trabalho constitui um valor, e o trabalho infantil, além de ser uma necessidade, é um valor social; — ... o ensino ministrado na zona rural tem que ser apropriado a essa realidade; — a escola da zona rural deve ser uma agência de mudança.

Algumas constatações como a da formação urbana dos professores, da escassez do material didático sugerem o desconhecimento da situação a omissão proposital dos dados ou uma tentativa de minimizá-los. No

Nordeste, por exemplo, a maioria dos professores da zona rural tem até quatro anos de escolaridade quando a têm. .. O problema não está, portanto, na formação urbana que propicia a transferência de valores inadequados mas no fato de que não há nenhuma formação.

Fica também implícito que o problema da escassez de materiais estaria resolvido se facilitado o acesso aos locais onde poderiam ser adquiridos. Resta esclarecer: a quem se atribuiria tal iniciativa? Aos professores com seus salários exíguos e "formação" deficiente? Ao Estado? Ao município?

Recomenda-se que a escola respeite a realidade, se transforme em agência de mudança, mas preservando o trabalho do menor que afinal tem valor social. Conclui-se que as profundas modificações não deverão passar pela mediação sócio-econômica que gera contratos de trabalho aviltantes, conseqüência da apropriação de terras pelo capital nacional e internacional.

O documento divulgado pelo Ministério da Educação, em 1980, "A Pobre Educação Pobre", é bem mais realista quanto às condições de ensino no país, a nível de 1º grau, principalmente na área rural. Afirma-se que: — "é bem possível mostrar que parte do problema relativo à inadequação da oferta às condições de pobreza da população se deve também à carência de recursos financeiros: as escolas são mal **preparadas**, mal localizadas, os instrumentos didáticos são de nível precário e sobretudo os professores são extremamente mal pagos, o que não lhes permite construir uma carreira profissional."

VERBAS, QUESTÃO QUE MERECE UMA ANÁLISE A PARTE

A questão da ineficiência de verbas remete ao problema do autoritarismo na sua distribuição. Na vigência da "política dos governadores" atribuía-se a aplicação inadequada de verbas à excessiva centralização. Hoje, o autoritarismo se coloca de forma mais sutil, atribuindo aos municípios a responsabilidade de custear a educação mas retirando, através de uma política econômica centralizadora, a possibilidade de custeá-la. O repasse, insuficiente, de verbas para o município, depende do Estado que, por sua vez, depende da União. Crescem os programas de assistência financeira, visando reduzir as desigualdades regionais e que susten-

tam desde projetos de construção escolar à complementação salarial do professor.

A questão da distribuição de verbas merece uma análise à parte, que não é objetivo deste artigo. Entretanto, é preciso reconhecer que os estados do Nordeste têm recebido financiamento de diferentes programas, tais como Pólo Nordeste, Sudene, Pró-Município e mais recentemente, a partir de 1980, do acordo MEC/Bird "Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste".

O 3º Projeto Educacional MEC/Bird, previsto para o período 1980-1985, subsidiará os planos propostos pelas Secretarias de Educação do Nordeste para a zona rural, alocando uma verba de noventa e seis milhões de dólares, dos quais 2/3, ou seja, sessenta e dois milhões de dólares são de responsabilidade do governo brasileiro. O privilegiamento do Nordeste, na alocação de verbas para o ensino rural, se explica também pelo fato de que, apesar do índice de crescimento populacional das áreas urbanas desses estados (Bahia, Ceará, Piauí, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco) a maior parte da sua população ainda vive na zona rural. De acordo com a sinopse preliminar do censo demográfico de 1980, 68,6% da população do Maranhão, 58% do Piauí e 52% no Ceará vivem na zona rural. E face às condições precárias de vida do homem no campo, verifica-se a existência de bolsões de pobreza com potencialidade para se transformar em focos de insatisfação social.

Pesquisa em curso com o objetivo de avaliar os padrões de qualidade do ensino de 1º grau, no interior dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, permite constatar que apesar das intenções propaladas, a realidade parece resistir...

A TRÁGICA SITUAÇÃO DOS SALÁRIOS DAS PROFESSORAS

Ainda hoje, a contratação e permanência dos professores na maioria desses estados depende de critérios políticos, acarretando, ao final dos períodos administrativos, demissões e eventuais contratações. Os salários do magistério primário na zona rural mantêm-se irrisórios, variando de Cr\$ 700,00 a Cr\$ 900,00, alcançando, por vezes, um teto de Cr\$ 2.500,00, através de complementação dos programas especiais para o Nordeste (Prodasec, Pronasec, Pólo Nordeste).

Essa complementação vem causando, por incrível que pareça, transtornos aos professores rurais, face a seus atrasos ou desvios. Uma professora, recentemente, dirigiu-se a um programa radiofônico, fazendo um apelo. Dizia ela: — "Eu sou contra esse programa de ajuda no ordenado do professor. Porque antes era pouco, mas a gente recebia em dia. Agora, passa meses sem se ver dinheiro. . .".

Quanto à formação do professorado, os programas estaduais de Educação no Ceará, Bahia, Pernambuco e Piauí apontam um índice que varia de 60 a 87% de professores com qualificação a nível de 4ª série primária. Conseqüentemente, o índice de produtividade do ensino primário na zona rural é baixíssimo. A reprovação a nível da 1ª série está em torno dos 67% e no máximo 4% dos matriculados alcança a 4ª série. Em alguns estados, como o Ceará, é difícil encontrar alunos na 4ª série.

Entretanto, para melhor compreender o fenômeno da reprovação na zona rural é preciso considerar certos fatores que são inusitados quando se analisa o problema da "ótica urbana". A reunião em classes multisseriadas confunde a própria professora que se mostra incapaz de identificar a série que estão cursando os alunos. Em geral, a avaliação é feita tomando como base o "livro adotado". Os alunos da 2ª série são aqueles que estão no segundo livro, o que também não significa que tenham dominado seu conteúdo. Inexiste diferença entre os conteúdos básicos ensinados para a 2ª ou para a 4ª série. Os alunos avançam até onde chega o "saber" da professora e então, se permanecem na escola, repetem a série que representa o limite máximo.

O depoimento dos técnicos da Secretaria retrata bem essa situação: "Uma vez entrevistei uma professora que afirmou ter cursado até a 3ª série. Percebemos que não tinha nível de 3ª série e perguntamos onde estudara. Ela respondeu — 'Eu estudei aqui mesmo e não estudei mais porque aqui não tinha mais saber pra mim'. Ou seja, ela alcançou o nível de conhecimento de sua antiga professora e, então, o que ela sabe, transmite para os alunos."

UMA SOLUÇÃO DE 60 ANOS ATRÁS: ESCOLA NA CASA DA PROFESSORA

As escolas rurais funcionam em sua grande maioria na casa das profes-

ras. Essa solução, a mesma de sessenta anos atrás, se impõe, segundo os técnicos regionais, considerando a dispersão da população na zona rural.

Na opinião de alguns planejadores, a iniciativa mais adequada seria a de promover melhorias na casa da professora para que se adequasse às necessidades do ensino. Entretanto, tal opção não é tranqüilamente aceita pelos supervisores e pelos próprios professores envolvidos no ensino rural.

São observações de supervisores rurais: "Já vi, muitas vezes, as escolas funcionando na casa das professoras. Ao mesmo tempo que ela dá aula, cuida da cozinha, toma conta de um menino, atende a outro. Aí é uma coisa muito séria. O aluno fica muito tempo só. Normalmente, acho que atrapalha muito. Teria que haver alguma distância, um pouco, não muito longe, porque ela não iria. Mas acho muito importante separar, dividir."

"As professoras fazem o possível; dão casa, dão tudo que tem. Quer dizer, os banquinhos da casa dela, a mesa, tudo! E não há nenhuma recompensa. Se o menino quebrar uma mesa dela, um banco, fica por isto mesmo. A disponibilidade é muito grande, a gente acha que é um trabalho bonito, mas em termos de aprendizagem, deixa a desejar."

COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO: AS NOVAS PALAVRAS DE ORDEM

As professoras, muitas vezes, resistem à escola funcionando na sua casa e são levadas a assumir o problema, apesar do salário irrisório e das precárias condições de vida. O discurso da participação "comunitária", da participação com "responsabilidade" (leia-se progresso, mas muita ordem) domina a cena educacional na zona urbana e mais ainda, na rural. A "comunidade" é a grande descoberta das autoridades. E em nome do fim do paternalismo e do assistencialismo procura-se desviar para pessoas que não detêm qualquer poder de barganha ou apoio político as soluções que são de competência da administração pública.

O documento do Ministério de Educação "Subsídios para o Planejamento da Educação Rural" (1979), coloca em destaque a participação da comunidade (pag. 13), condição para, na sociedade atual, "fomentar

a cooperação e a igualdade entre os diferentes grupos sociais". Todavia, faz-se uma observação interessante: "o ideal seria compartilhar o poder mas num plano mais realista, a participação pode ser uma conciliação entre auto-gestão e centralismo". A participação é mais do que colaboração na formulação de diretrizes, implica também na co-responsabilidade na execução e na avaliação.

Os programas de organização comunitária vêm se multiplicando na zona rural do Nordeste. "Comunidade" é palavra de ordem.

Considerando a situação de carência sócio-econômica e as manifestações de insatisfação freqüentes na região, cabe uma questão:

A que propósitos estariam servindo tais programas?

Observa-se, em geral, que apresentam objetivos vagamente definidos. Fala-se em melhoria de vida, modernização, mudanças de atitudes, compromissos com a vida comunitária. . . Na realidade acabam concorrendo para facilitar o controle político dos grupos locais, esvaziando os movimentos ligados às associações de classe, como os sindicatos rurais. Buscam transferir as responsabilidades do nível governamental como é o caso do cumprimento do preceito constitucional referente à obrigatoriedade do ensino de 1º grau, para nível local. O processo é refinado e envolvente. A "ilusão do poder", de ter ganho um espaço é inegavelmente uma força alienante uma vez que se pode substituir a apatia e o conformismo pelo compromisso grupai.

Os agentes do processo de mobilização comunitária são os professores e supervisores que, acreditando nos ideais proclamados e a custa de sacrifícios pessoais, se dispõem à tarefa de organização dos grupos.

Como se pode observar pelas declarações abaixo, os técnicos com a melhor das intenções acabam colaborando para reforçar uma situação de injustiça:

- "Seria muito bom se realmente a professora tivesse um local para ensinar. Nós temos experiência. Estamos implantando um sistema de supervisão rural e temos professores solicitando ao prefeito que construa uma salinha. Elas dão o terreno. E nós temos experiência que o prefeito diz: — Eu não posso deslocar uma verba prá isso, mas comecemos aí com a comunidade, que eu ajudo."

"E elas começam, está entendendo? Quer dizer, as que já têm um nível melhor. Mas isto é quando a professora já está mais trabalhada. Então, elas sentem uma responsabilidade muito maior. Quando elas vão se conscientizando, recebendo esses treinamentos, vão crescendo mesmo, a gente sente este crescimento".

Outros motivos mais imediatos levam, algumas vezes, os professores a construir escolas para a rede.

"Meu marido construiu aquela salinha para eu dar aulas porque os alunos quebravam tudo na casa. E depois ficava sempre uma desordem . . . Então fizemos a salinha. Agora funciona a turma de alfabetização de manhã e a 1ª e 2ª séries à tarde. E um horário impressado. Quer dizer se nós quizessemos colocar outra professora, não dava. Por enquanto, nós não temos condições porque não tem onde ensinar."

OS PROBLEMAS TRANSCENDEM O ESCASSO PODER DA COMUNIDADE

As professoras rurais trabalham enfrentando todas as adversidades, que vão desde as condições da própria clientela até a do funcionamento precaríssimo dessa rede.

Os alunos, em geral de aparência triste e desnutridos, vão à escola em busca de um saber que valorizam: ler, escrever e contar. Trabalham duro na roça desde os oito anos, da mesma forma que o adulto. Comumente são obrigados a caminhar léguas para carregar água. Como explicou uma professora: . . . "a tristeza tem muito a ver com o estômago".

E a escola frustra, tanto o estômago quanto a cabeça. Apesar da indiscutível coragem, o baixo nível de conhecimento do professor e a ausência de qualquer metodologia faz com que o ensino mantenha características medievais. O professor diz que faz assim: ensina, ensina, e o aluno reage, copiando, copiando, copiando. Entre aluno e professor não há mediação.

O processo que, evidentemente, privilegia a memorização e dificulta as operações de raciocínio ou relacionamento, produz analfabetos que escrevem frases, mas não sabem o que escreveram.

A merenda escolar tão alardeada como uma ajuda efetiva às populações carentes também não chega com facilidade à zona rural. Os técnicos das Secretarias de Educação apontam as normas da Campanha Nacional de Merenda Escolar como obstáculo à sua distribuição. Uma das regras estabelecidas é de que a merenda chegue às escolas que têm mais de 20 alunos. Funcionando na casa da professora, sem condições físicas ou instalações adequadas, muitas vezes é impossível abrigar esse número. Outro problema é o da faixa etária. A merenda deverá servir aos alunos de 7 a 14 anos e na zona rural frequenta-se a escola primária até aos 18, 20 anos. Uma outra exigência é a de que haja um depósito para guardar a merenda. Em geral, a merenda fica estocada na sede do município e então cria-se uma situação ainda mais absurda. Quem é o responsável por fazer a merenda chegar à escola isolada? O prefeito? Ele se exime de tal responsabilidade, declarando não ter condições de arcar com as despesas. E então, freqüentemente, é a professora que tira do seu irrisório salário o dinheiro para pagar o transporte no burro. Assim, garante um reforço alimentar para o grupo com que está envolvida: seus vizinhos, afilhados, filhos, irmãos e acrescenta mais uma atividade não remunerada a suas atribuições cotidianas — o preparo da merenda.

As professoras se deslocam para buscar água e lenha. Como bem disse uma supervisora: "Isto, no fim, dá o somatório da fraternidade, que é uma coisa muito viva no pessoal. A sensibilidade prá repartir. Então, eu acho que isto é ainda o que sustenta a escola isolada."

Pois bem, passados setenta anos de discussões sobre o ensino rural no país, o que se constata de mudanças concretas é quase nada. Evidentemente que não se trata de um problema apenas educacional; a questão é muito mais ampla. O que mudou para melhor nas condições de vida do homem pelo interior do Nordeste?

Todavia, a educação tem suas especificidades que merecem ser analisadas. A escola rural sobrevive, alguns professores e alunos também...

E as verbas como sobreviverão? É imperdoável manipular as comunidades que nada recebem, em nome da sua boa fé, para que assumam problemas muito além de suas possibilidades. A questão não pode se resumir em bons sentimentos cristãos.

Referência* Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamental da educação. In: **CONCEPÇÕES e experiências de educação popular**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1980. (Cadernos do CEDES, 1).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação para o meio rural; ensino de 1º grau**. Brasília, 1979.

_____. **Subsídios para o planejamento da educação no meio rural**. Brasília, DDD, 1979. 53p.

CALDEIRA, Clovis. **Menores no meio rural: trabalho e escolarização**. Rio de Janeiro, INEP, CBPE, 1960.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república; momentos decisivos**. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.

DEMO, Pedro. **A pobre educação pobre; alguns problemas da falta de recursos**. Brasília, MEC, 1980.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo, Loyola, 1973.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil; dos anos 20 a 1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.